

AS BASES DO PACTO SOCIAL PROPOSTO POR TANCREDO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo Hoje, 08.01.1985

O PMDB será necessariamente a base política do pacto social proposto por Tancredo Neves. O novo presidente da República, em vias de ser escolhido pelo Colégio Eleitoral, teve sua vitória assegurada por uma aliança política do PMDB com a Frente Liberal. Esta aliança, entretanto, só foi possível na medida em que a posição eminentemente conciliadora de Tancredo Neves o tornou o candidato natural daqueles que desejavam o restabelecimento da democracia no Brasil. Em seguida, o apoio firme do Governador Franco Montoro, liderando os demais governadores da oposição, logo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, assentou as bases políticas de sua candidatura. A desistência de Ulysses Guimarães de sua própria candidatura e, afinal, o apoio de Aureliano Chaves e de Marco Maciel, ao mesmo tempo que constituíam a Frente Liberal, selaram a aliança política, que, na verdade, refletia o consenso nacional que se formara em torno de Tancredo Neves.

O novo presidente sabe, entretanto, que no plano social e político terá que enfrentar graves problemas depois desta lua de mel representada pela transição para a democracia. E para resolvê-los propõe um pacto social formal entre trabalhadores e empresários.

Falo em pacto social “formal” porque um pacto social básico, que está permitindo esta transição para a democracia, já existe no Brasil desde meados dos anos 70, quando a burguesia rompeu sua aliança autoritária com a tecnoburocracia estatal. Este pacto tinha e tem como bases (a) o retorno à democracia, (b) a manutenção do capitalismo e (c) uma moderada desconcentração de renda.

Mas agora o novo presidente necessita de um pacto social formal, que permita a retomada do crescimento e uma melhor distribuição da renda, sem, ao mesmo tempo, incorrer no risco da explosão inflacionária decorrente de elevações irresponsáveis de salários.

Um pacto social desta natureza, entre trabalhadores e empresários, sob a égide do governo, só poderá ser bem sucedido se conter propostas claras e viáveis.

O objetivo fundamental desse pacto será o combate à inflação. Para isto não são necessários mais sacrifícios, não se justifica mais recessão, já que a economia brasileira está ajustada: o déficit comercial externo transformou-se em grande superávit, o déficit público operacional também transformou-se em superávit, e os preços artificiais decorrentes de subsídios desapareceram quase que totalmente. A inflação autônoma só se mantém devido à indexação formal e informal da economia.

Mas, se não são necessários sacrifícios recessivos, será preciso reformular a atual forma de indexação salarial, já que com a atual lei, que estabelece o reajuste dos salários de acordo com a inflação passada, é rigorosamente impossível reduzir a inflação. De acordo com a atual sistemática, no momento em que esta começasse a se reduzir, o salário médio real subiria. E o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade é sempre inflacionário.

Será preciso, portanto, que os trabalhadores aceitem uma nova lei salarial, que reajuste os salários em parte de acordo com a previsão de uma inflação futura declinante. Só assim será possível compatibilizar a fórmula de indexação salarial com a redução da inflação.

Em contrapartida, os trabalhadores deverão ter três garantias. Primeiro, que se houver erro na previsão da inflação futura, o erro será imediatamente compensado no próximo reajuste salarial. Segundo, que os salários reais crescerão de acordo com o aumento da produtividade média da economia, medido pelo aumento da renda por habitante. E, terceiro, que uma reforma tributária profunda, que, de um lado, onere principalmente as pessoas físicas que recebem altas rendas e, de outro, que financie investimentos públicos de caráter social, deverá ser a base do projeto distribuidor de renda do novo Governo.

Nesse processo caberá ao PMDB o papel de ser o instrumento público político e o fiador desse pacto. Suas bases populares, de um lado, e a confiança que hoje inspira nos empresários, permitem-lhe desempenhar esse papel, transformando-se, assim, em um agente fundamental da política econômica e social do Presidente Tancredo Neves. (São Paulo Hoje, Ano 1, nº 8, janeiro/85).